

Auditoria Cidadã da Dívida



FÓRUM SOCIAL
MUNDIAL
2002
Porto Alegre
BRASIL

Impérios e Vítimas

Assim são os impérios.
Instalam sanguessugas vorazes
No flanco dos países subjugados,
E, gota a gota, dólar a dólar, sugam-lhes
O ouro, o trabalho, a cultura, a vida.

Impõem sobre eles pesados tributos,
Exigindo o cumprimento inflexível
De leis, metas e acordos unilaterais.
Com esses e outros mecanismos,
Arquitetam, por anos e décadas a fio,
Saques históricos e programados.

Depois, não satisfeitos ainda com a extorsão,
Enviam os abutres do FMI e de outros organismos,
Com pastas e roupas pretas, expressão grave e felina,
Para triturar e raspar até o último dos ossos
Toda a carniça que possam encontrar.

Quando a vítima entra em agonia,
Ocupam confortavelmente seus tronos,
Assistindo de cima as turbulências e convulsões
Das turbas famintas, cegas e insubordinadas
Que, aos gritos de revolta, vão tomado ruas e praças.

Do alto de suas torres e mansões,
Ao abrigo de contas bancárias fabulosas,
Contemplam indiferentes e a uma segura distância
O espetáculo da fome e da miséria, do medo e da morte,
Isentando-se de toda responsabilidade sobre o crime.

Com olhares de águia assassina,
Põem-se logo a sobrevoar todo o planeta,
Degustando com apetite insaciável
As riquezas e os juros da próxima vítima.

Pe. Alfredo J. Gonçalves
Brasília/DF, 21 de dezembro de 2001,
Em solidariedade com o povo argentino.

Auditoria

Cidadã da Dívida

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2002
Porto Alegre - Brasil

1 - Iniciativa: CAMPANHA JUBILEU SUL

Coordenação da Auditoria Cidadã da
Dívida (unafiscobh@alol.com.br)

2 - Texto: Maria Lucia Fattorelli Carneiro

3 - Apoio: FISCO FORUM MG (UNAFISCO
SINDICAL DS/BH, UNAFISCO/MG,
SINDIFISCO, SINFISCO, SINDIFISP, AAIT,
AFFEMG, ANFIP-MG), FISCO FORUM RJ,
ATTAC/MG, PACS, COFECON,
SINDECON-MG e RJ, SENGE-RJ,
SINAL-MG, APUBH, UNAFISCO SINDICAL
(Diretoria Nacional e Delegacias Sindicais
de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza,
Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro,
Salvador, Santos, São Paulo, Vitória),
CREDIFISCO/MG e Instituto Marista.

4 - Consultoria Técnica:

Prof. Dércio Garcia Munhoz,
Prof. Elias Antônio Jorge,
Prof. Valdemar Servilha,
Nágela Aparecida Campos,
Adriano Miglio Porto,
Roberto Bocaccio Piscitelli.

5 - Revisão: Maria Auxiliadora Mourão
Martinez e Jamir Campos de Cerqueira

6 - Ilustrações: Nivaldo Marques Martins

7 - Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Sygno Comunicação & Artes

8 - Impressão:
Gráfica Formato Policrom - BH

Belo Horizonte, 28 dezembro de 2001.



O BRASIL PRECISA
LEVANTAR A CABEÇA E
CAMINHAR, USUFRUIR DE
TODAS AS SUAS
POTENCIALIDADES PARA
PERMITIR QUE TODOS OS
SEUS FILHOS TENHAM
VIDA DIGNA E ACESSO
ÀS RIQUEZAS DO PAÍS!

Índice

1. Apresentação	Pág	05
2. Retrato do Brasil.....	Pág	06
O Brasil é um país rico	Pág	06
Por outro lado.....	Pág	08
3. Outro Brasil é possível	Pág	10
4. Por que isso não é a realidade?.....	Pág	11
Dívida pública, centro da política econômica do governo	Pág	11
Resgate Histórico.....	Pág	12
Dívida Externa	Pág	12
Dívida Interna	Pág	15
A Dívida afeta diretamente a vida de todo cidadão	Pág	16
Opção do governo brasileiro	Pág	17
5. Dependência	Pág	19
6. Qual é a saída?	Pág	20
7. Porque defendemos a realização da Auditoria da Dívida.....	Pág	21
8. Glossário	Pág	22

Bibliografia

Gonçalves, Reinaldo – 1999
“Globalização e Desnacionalização”
São Paulo, SP
Editora Paz e Terra

Gonçalves, Reinaldo e Pomar , Valter – 2000
“O Brasil Endividado”
São Paulo, SP
Editora Fundação Perseu Abramo

Arruda, Marcos – 1999
“Dívida E(x)terna”
Petrópolis, RJ
Editora Vozes

Biondi, Aloysio – 1999
“O Brasil Privatizado”
São Paulo, SP
Editora Fundação

Benedito, Mouzar – 2000
“Dívida Externa - Eles gastam, nós pagamos”
São Paulo, SP
Edições Loyola

Luiz Salomão –1989
“Dívida Externa e soberania - Um ensaio
sobre as perdas Internacionais do Brasil”

Relatório da Comissão Especial do
Senado Federal para a Dívida Externa
– 1987/1988
– Relator Fernando Henrique Cardoso
Biblioteca do Senado, 336.34.B823 RDE

Batista, Paulo Nogueira
“Análise sobre o Consenso de Washington”
Cartilha no. 6 – Consulta Popular.

Jornais, Revistas e Sítios:

- Revista Conjuntura Econômica
- Revista “Isto é”
- Revista Super Interessante
- Jornal “Folha de São Paulo”
- Jornal “Estado de Minas”
- Jornal “Valor Econômico”
- Jornal “Gazeta Mercantil”
- Jornal “O Globo”
- www.imf.org
- www.ipea.org.br
- www.stn.org.br
- www.bacen.org.br
- Dicionário Houais da Língua Portuguesa

1 - Apresentação

O quadro de injustiças sociais em nosso País tem-se agravado ano a ano, aumentando cada vez mais a população dos excluídos, aos quais têm sido negados os direitos sociais mais básicos, previstos em nossa Constituição Federal, artigo 6º: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados...

Ao aprofundar os estudos sobre as causas que levaram o País a acumular essa enorme dívida social para com os mais pobres, as diversas entidades que integram a Campanha Jubileu Sul (CNBB/Pastorais Sociais, Cáritas Brasileira, MST, CUT, UNE, CMP, CONIC, CESE, IAB, CONTAG, FISENGE, REDE BRASIL, SINDECON/RJ) chegaram à conclusão de que as dívidas públicas – externa e interna - eram as responsáveis, as verdadeiras mães geradoras da dívida social.

A fim de popularizar a discussão do tema, a Campanha Jubileu Sul realizou o Plebiscito da Dívida Externa, na Semana da Pátria do ano 2000.

O resultado foi muito importante, apesar do boicote da grande mídia e da falta de recursos. Intenso trabalho de voluntários permitiu que 6.030.329 de votos fossem coletados em 3.444 municípios do País. Mais de 95% desses cidadãos votaram NÃO à manutenção do acordo com o FMI, NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal de 1988, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários ao pagamento da dívida interna aos especuladores.

Em respeito ao voto desses cidadãos, a Campanha Jubileu Sul aprovou a proposta de realização da "Auditoria Cidadã da Dívida", que visa trazer à tona toda a verdade sobre o nosso endividamento, levantar documentos e dados que demonstrem a ilegitimidade dessas dívidas, discutir as consequências desastrosas do seu impressionante crescimento e pressionar pela

realização da Auditoria Oficial, prevista na Constituição Federal.

Já existe projeto de lei com esse objetivo no Congresso Nacional – PDC nº. 625/2000, mas ele está parado há um ano!...

As esperanças se reacenderam em 31/10/2001, quando foi apresentada Proposta de Exame da Dívida Externa junto à Comissão de Comércio Exterior do Congresso Nacional, pelo Deputado Federal Hélio Costa (PMDB-MG).

Na mesma data em que foi apresentada essa Proposta, os jornais publicaram Relatório do Banco Mundial registrando a possibilidade de o Brasil ter de renegociar a sua dívida externa, a exemplo da Argentina. Segundo técnicos do BIRD, *"os atentados terroristas reduziram ainda mais as perspectivas de crescimento da economia global e os países que mais sofrerão com os distúrbios do mercado de capitais, na América Latina, são a Argentina e o Brasil, em virtude da elevada dívida externa e dos grandes déficits em conta corrente".*

Na verdade, o País se encontra altamente vulnerável aos humores da economia internacional. É urgente aprofundarmos a discussão sobre as causas e razões dessa situação, pois estamos diante de um impasse: **continuaremos convivendo com essa política econômica perversa, submissa, que se curva aos ditames do FMI e privilegia o capital especulativo , ou partimos rumo à conquista de nossa verdadeira independência, assumindo postura de País soberano e justo.**

A auditoria das dívidas responderá algumas perguntas cruciais:

- Como e por que chegamos a esse ponto?
- Onde foram efetivamente aplicados os recursos captados nos empréstimos?
- Quanto tomamos emprestado?
Quanto já pagamos? Ainda devemos?

**Democracia pressupõe informação.
Povo esclarecido é mais responsável pelo seu próprio destino.**

2 - Retrato do Brasil

O BRASIL É UM PAÍS RICO

É rico em recursos naturais, humanos e culturais.

Possui vasta extensão territorial - 8,5 milhões de quilômetros quadrados - e extenso litoral - 8 mil quilômetros de belíssimas praias, com enorme potencial turístico.

Suas terras são férteis, com potencial de expansão da área cultivada e da produção de alimentos.

O Brasil produz hoje mais de 90 milhões de toneladas de grãos e exporta 14 bilhões de dólares em produtos agrícolas e agroindustriais.

O país detém 14% de toda água doce utilizável do Planeta, além de imensas bacias subterrâneas.

Possuímos a maior e mais diversificada floresta: a Floresta Amazônica, que é a região mais cobiçada do mundo pela sua incomparável biodiversidade e por suas riquezas ainda não exploradas.

População considerável - 170 milhões de habitantes - falando a mesma língua, o que permite grande integração nacional.

Somos um povo que desconhece conflitos étnico-raciais significativos.

O maior parque industrial da América Latina está no Brasil. Além disso, estamos entre os principais líderes nos setores de alimentos, têxteis, calçados, siderurgia e equipamentos elétricos.

Poucos países têm matrizes energéticas tão variadas e abundantes. Podemos combinar fontes hidrelétricas com termelétricas, eólica, solar e energia a partir da biomassa.

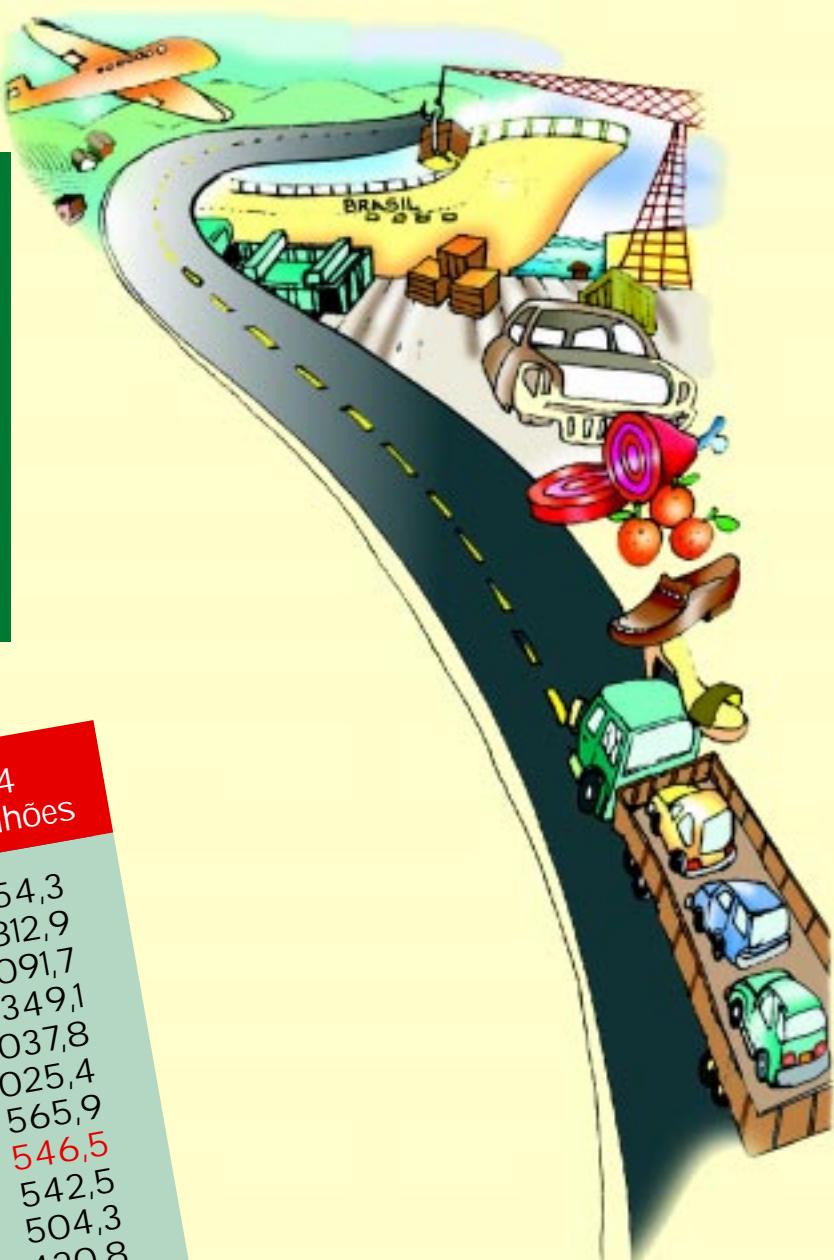
Até 1998, éramos a 8^a economia do mundo, de acordo com o valor do Produto Interno Bruto – PIB.

Em 2001, passamos para a 11^a posição.



O Brasil possui a mais rica fauna e flora do mundo. Há em torno de 55 mil tipos de plantas só na Floresta Amazônica e cerca de 23% das espécies catalogadas vivem em nossas terras.

(Folha de São Paulo e Revista Super Interessante nov /2001)



Maiores PIB do mundo

CLASSIFICAÇÃO	PAÍSES	1994 US\$ bilhões
1º	Estados Unidos	7.054,3
2º	Japão	4.812,9
3º	Alemanha	2.091,7
4º	França	1.349,1
5º	Inglaterra	1.037,8
6º	Itália	1.025,4
7º	Canadá	565,9
8º	Brasil	546,5
9º	China	542,5
10º	Espanha	504,3
11º	México	420,8

Fonte: FMI

CLASSIFICAÇÃO	PAÍSES	2001 US\$ bilhões (Projeção)
1º	Estados Unidos	10.234,9
2º	Japão	4.129,4
3º	Alemanha	1.847,3
4º	Inglaterra	1.392,7
5º	França	1.299,4
6º	China	1.172,4
7º	Itália	1.084,8
8º	Canadá	721,6
9º	México	616,5
10º	Espanha	575,4
11º	Brasil	522,0

Fonte: FMI

Por outro lado...

MISÉRIA - 53 milhões de brasileiros, vivem abaixo da linha da pobreza, com menos de R\$80,00 por mês.

Ainda se morrem de **FOME** em nosso País, celeiro do mundo.

Grande parte da população não tem acesso à **SAÚDE** nem à **EDUCAÇÃO**, como prevê a Constituição Federal!

A saúde pública está cada vez mais precária e não atende às necessidades dos que não possuem planos de saúde.

A educação pública é deficitária. Diz-se inclusiva, universalista, para todos, mas, na verdade, é excludente, pois não prepara o cidadão para o trabalho e nem para a continuidade dos estudos. 13% da população brasileira é analfabeta.

O Brasil está em posição vergonhosa de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ocupa a 69ª posição, perdendo para países que detêm riqueza muito menor do que o nossa.

Cresce o processo de **favelização**, principalmente em função do desemprego e do subemprego.

É grande o número de crianças e famílias morando nas ruas de nossas cidades - os **SEM CASA**! O déficit habitacional do país é de cerca de 6,6 milhões de habitações!

A condição de vida da população, em muitas regiões, é muito ruim, por falta de investimento em **saneamento básico**. 47,2% dos brasileiros não contam com rede de esgoto e 23% não têm água canalizada.

Cada dólar investido em saneamento gera uma economia de 50 dólares, no período de dez anos, em atendimento médico.

(Antonio C. M. Thame, Gazeta Merc. 20/11/2001)

Dados do Ministério da Saúde mostram que, no Brasil, 70% dos leitos dos hospitais são ocupados por pessoas que contraíram moléstias, de uma forma ou de outra, transmitidas pela água.

(Antonio C. M. Thame, Gazeta Mercantil 20/11/2001)

O serviço de segurança pública do País está desestruturado, forçando-nos a conviver com inaceitáveis índices de **VIOLÊNCIA** urbana: 153.000 pessoas morrem por ano no Brasil, vítimas da violência.

Não há justiça na ocupação de nosso vasto território. De um lado, temos os maiores latifúndios do mundo e, de outro, os **SEM TERRA**. Apenas algumas migalhas do Orçamento Federal são destinadas aos assentamentos, demonstrando que não há política de Reforma Agrária.

Os dados do **desemprego** são alarmantes: estatísticas mostram que estão fora do mercado de trabalho cerca de 14 milhões de brasileiros. É importante ressaltar que as estatísticas não contam aqueles que desistiram de procurar emprego, atingidos pela falta de recursos e pela desesperança...

É grande o número de profissionais submetendo-se a subempregos, em virtude da recessão econômica, o que resulta em alta rotatividade nos empregos, achatando os salários cada vez mais.

Milhares de empregos deixaram de ser criados ou foram extintos em virtude da política econômica do governo FHC, que incentivou importações e realizou a privatização de inúmeras empresas





nacionais lucrativas. Essa política perversa, que provocou tanto desemprego no País, criou milhares de postos de trabalho no exterior.

A **produção Industrial** do País está em declínio e a previsão de crescimento para o PIB brasileiro em 2002 é medíocre: apenas 2%! Enquanto isso, a China deve crescer 7% e a Índia 5,2%!...

"A taxa média de crescimento no reinado Cardoso (1995-2002) será de 2,4% ao ano. Esse desempenho justificaria a equiparação da era FHC à década perdida, aquele pesadelo vivido nos anos 80." (Luiz Gonzaga Belluzzo – Folha de São Paulo, 16/12/2001)

O descaso com o **meio ambiente** é gritante. Não há investimento nos órgãos responsáveis pela fiscalização. Boa parte das terras protegidas é presa fácil de madeireiras, garimpeiros e outros invasores. Além disso, a biopirataria, cada vez mais agressiva, não é combatida de forma eficaz.

Também não há justiça fiscal. Para se ter idéia da injustiça fiscal, vejamos alguns fatos concernentes à tributação: somente os impostos indiretos representam 14,1% do valor da cesta básica de alimentos e a carga tributária representa 34% do nosso PIB. No México, que possui PIB semelhante ao nosso, a carga tributária é de 16%.

Os ricos, principalmente empresários do sistema financeiro e investidores, conseguem se beneficiar por meio de leis tributárias, repletas de "brechas" na legislação que lhes permitem burlar e fugir dos impostos, deixando para a classe trabalhadora, pesada tributação na fonte.

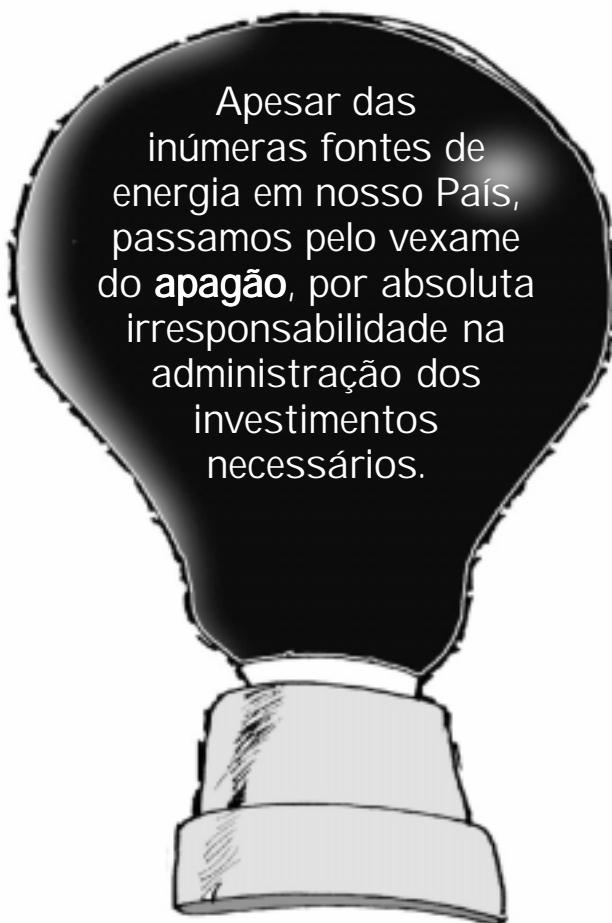
Para complicar tudo isso, a **corrupção** anda solta em vários níveis e, de forma ainda mais chocante, na elite política brasileira.

O Brasil perde, **por ano, R\$100 bilhões**, nas três esferas administrativas, somente com **CORRUPÇÃO!** Esse valor é 11 vezes superior aos R\$9 bilhões de reais previstos para investimentos no Orçamento da União para o ano que vem. (Jornal "Estado de Minas" de 23/11/2001)

Esse quadro social degradante é inaceitável para o País.

Estamos aquém das nossas possibilidades.

O Brasil tem potencial para nos transformar em um povo muito mais feliz.



Apesar das inúmeras fontes de energia em nosso País, passamos pelo vexame do **apagão**, por absoluta irresponsabilidade na administração dos investimentos necessários.

3 - Outro Brasil é possível

Existem várias alternativas de utilização dos recursos do País, que ajudariam a desenvolver a economia nacional e a superar a vergonhosa injustiça social.

Para que tenhamos um outro Brasil é preciso:

- Defender e recuperar a soberania nacional;
- Garantir aos cidadãos os direitos básicos, previstos na Constituição Federal, artigo 6º: educação e cultura, saúde, emprego, vestuário, moradia e salários dignos;
- Adotar regime político que garanta a democracia popular;
- Praticar política econômica que coloque as dívidas sociais acima da dívida financeira;
- Promover políticas que incluam pobres e miseráveis no mercado de trabalho e, consequentemente, no mercado de consumo, melhorando as condições de vida da população e ativando a economia;
- Incentivar programas de economia solidária, permitindo a inserção das comunidades excluídas do processo produtivo, a partir das oportunidades e riquezas locais;
- Proteger e incentivar a indústria nacional, através de políticas que estimulem a produção e a geração de empregos;
- Garantir escola pública de qualidade aos brasileiros, para que possam exercer verdadeiramente a cidadania;
- Garantir atendimento médico-hospitalar de qualidade para todos os brasileiros, especialmente aos mais carentes;
- Elaborar uma legislação tributária que promova justiça fiscal e distribuição de renda. É preciso: desonerar a classe trabalhadora, regulamentar o imposto sobre as grandes fortunas e suprimir as injustiças existentes na legislação atual;
- Controlar o capital financeiro e limitar as taxas de juros;
- Prestar conta à sociedade dos recursos obti-



dos, para que esta possa exercer o controle social sobre a dívida pública;

- Implementar política agrária justa, que evite o êxodo rural;
- Proteger o meio ambiente e controlar especialmente nossa rica biodiversidade, e patentes fitoterápicas;
- Democratizar os meios de comunicação;
- Reverter a privatização das empresas estratégicas;
- Garantir o investimento em infra-estrutura, especialmente geração de energia elétrica e saneamento básico.
- Fortalecer os órgãos públicos, de forma a garantir prestação de serviço público de qualidade à população.

**O objetivo maior de toda nação deve ser a felicidade de seus filhos.
Para tanto, é necessário buscar desenvolvimento real,
com distribuição justa das suas riquezas.**

4 - Por que isso não é realidade?

É porque:

1º) Nossa riqueza está concentrada nas mãos de poucos.

Não há justiça na sua distribuição. Em 1999, os 50% mais pobres ficavam com apenas 14% da renda nacional. Por outro lado, os 10% mais ricos detinham a metade da riqueza do País.

2º) A dívida pública (Interna e Externa) está consumindo a maioria dos recursos públicos.

DÍVIDA PÚBLICA, CENTRO DE TODA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

Atualmente, grande parte dos recursos orçamentários é destinada ao pagamento da dívida pública, em detrimento dos investimentos necessários para atenuar a enorme "dívida social".

Veja alguns dados do Orçamento da União para o ano 2001:

ORÇAMENTO DA UNIÃO - 2001		
ITENS SELECIONADOS	PREVISÃO PARA O ANO (VALORES EM BILHÕES DE REAIS)	Correspondência entre o valor destinado à dívida e aos Ministérios
Juros e encargos da Dívida	71,6	
Amortização da Dívida	70,6	
SERVIÇO DA DÍVIDA	142,2	
Ministério da Saúde	25,9	66 dias
Ministério da Educação	17,9	45 dias
Ministério da Agricultura e Abastecimento	6,0	15 dias
Ministério das Minas e Energia	4,3	11 dias
Ministério da Ciência e Tecnologia	2,5	6 dias
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2,2	5 dias
Ministério do Mundo Ambiente	1,2	3 dias
Ministério da Cultura	0,4	1 dia
Outros itens	215,9	
Total Orçamento	418,5	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI –GE/INC/CCONT/STN)

A supremacia dos gastos com a dívida pública demonstra claramente qual é a prioridade desse governo...

"O Orçamento da União tem erro de origem, pois parte da necessidade de produzir superávits primários e cumprir as metas estabelecidas pelo FMI, o que lhe dá uma visão financeira e não social."

(Dep. Fed. Sérgio Miranda PCdoB-MG)

RESGATE HISTÓRICO

Desde o “descobrimento”, o Brasil tem sido espoliado. Já levaram muito ouro, prata, pau-brasil e minério. Mutilaram nossas montanhas, devastaram florestas e se apoderaram de riquezas naturais sem qualquer cerimônia. Populações inteiras de índios, os verdadeiros donos desta terra invadida há 500 anos, foram dizimadas...

Todos esses absurdos foram praticados com o consentimento da elite social do País, nas mãos de quem se concentrava a riqueza e o poder de decisão. Mais recentemente, essa mesma elite permitiu que estatais (a maioria delas lucrativas, que levamos anos construindo e outros tantos saneando) fossem privatizadas, através da consumação de um dos processos de desestatização mais acelerados e drásticos de que se tem notícia no mundo; praticamente uma rifa irresponsável do nosso patrimônio público!

Nos dias atuais, a espoliação continua sob forma de DÍVIDA FINANCEIRA, interna e externa.

A elevada DÍVIDA PÚBLICA nos torna extremamente vulneráveis e DEPENDENTES, comprometendo nossa soberania, além de estar crescendo em ritmo acelerado.

Em novembro de 2001, a Dívida Externa alcançou 217 bilhões de dólares e a Dívida Interna, 675 bilhões de reais!



O governo brasileiro tem dado fiel e estrito cumprimento às metas estabelecidas pelo FMI. Foi tão obediente que algumas metas foram suplantadas, como a do superávit primário: precisava economizar 40,2 bilhões de reais para

pagar juros, em cumprimento ao acordo com o FMI. Economizou R\$46,6 bilhões – **R\$6,4 bilhões a mais** - às custas do sacrifício de diversos projetos sociais e irresponsável freio em investimentos e gastos públicos importantes.

Enquanto honra a vultosa dívida financeira, dá um verdadeiro calote na dívida social, condenando milhões de brasileiros à completa exclusão social.

DÍVIDA EXTERNA



A história do endividamento externo brasileiro se inicia com uma grande infâmia: por ocasião de nossa “Independência”, no ano de 1822, as elites dirigentes assumiram uma dívida de 1,3 milhão de libras esterlinas que Portugal havia contraído junto à Inglaterra, exatamente para lutar contra a nossa independência!

A partir de então, a dívida sempre aumentou, embora, ao longo dos anos, a remessa de recursos do Brasil para o exterior tenha representado uma **verdadeira sangria**.

No ano de 1931, no governo Getúlio Vargas, houve a **primeira “Auditoria da Dívida Externa Brasileira”**, que apurou diversas irregularidades:

- Somente 40% dos contratos encontravam-se devidamente documentados!
- Os valores reais das remessas eram ignorados!
- Não havia contabilização regular da dívida externa federal!
- As condições dos empréstimos efetuados eram onerosas, contendo inclusive cláusulas vexatórias, que permitiam ao banqueiro internacional cobrar, por suas próprias mãos, os impostos, no caso de falta de pagamento!

Na época, houve uma suspensão de pagamentos e considerável redução da dívida.

DÉCADA DE 70

Representou um dos períodos mais críticos no crescimento do endividamento externo brasileiro: havia grande volume de recursos nas mãos dos banqueiros internacionais, em virtude da transferência para o setor financeiro do grande volume de lucros auferidos pelos países produtores de petróleo. Em razão da explosiva alta de preços do produto no mercado internacional. Esses recursos foram oferecidos aos países em desenvolvimento, inclusive ao Brasil, com taxa de juros baixas e atraentes, incentivando o endividamento de países carentes de recursos. No final da década, decisão unilateral dos Estados Unidos elevou as taxas de juros internacionais para mais de 20% ao ano, aumentando absurdamente as obrigações do País para com o exterior. Isso nos obrigou a tomar muitos empréstimos apenas para pagar os juros, fazendo com que o montante da dívida crescesse como uma bola de neve.

DÉCADA DE 80

Batizada como "década perdida", quando praticamente todos os empréstimos tomados foram utilizados para o pagamento dos extorsivos juros que os credores internacionais nos exigiam.

RELATÓRIO FHC

"A situação que ora vivemos – arrocho salarial direto dos trabalhadores do setor público e indireto de toda a força de trabalho, submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes bancos internacionais, etc – não passa de uma encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País."

(Senador Fernando Henrique Cardoso)

A co-responsabilidade dos credores internacionais, bem como a alta de juros, por decisão do governo americano, foram objeto de vários questionamentos, especialmente por parte de FHC, quando Senador e Relator da Comissão Especial formada em 1987 para analisar a moratória decretada pelo governo brasileiro. FHC afirmou que "... a crise da dívida externa

do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores", e ainda "... 1/4 da dívida externa brasileira refere-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real de bens e serviços para o país."

A conclusão de FHC foi categórica e prova que ele tinha plena consciência da situação e nada fez para modificá-la nesses sete anos de seu "governo".

LEGALIDADE E OFENSA AO PATRIMÔNIO MORAL

Outros questionamentos de ordem jurídica e legal foram levantados pelo Senador Severo Gomes, primeiro **Relator da Comissão de 1989, encarregada da Auditoria prevista na Constituição Federal**. Examinando os acordos da dívida brasileira, o Senador constatou a existência de cláusulas abusivas, como a de **"Renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania"**. Nas palavras do ilustre Senador:

"Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos. De notar, aliás, a grosseria dos credores, ou a pusilanimidade dos negociadores brasileiros, admitindo uma cláusula que, sobre ferir os brios nacionais, é fundamentalmente inútil, no contexto da negociação... Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupadados, inerme e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores. Porém, nada há de ser dito sobre essa nefanda cláusula mais expressivo do que o próprio ilustríssimo Ministro Seabra Fagundes já fez: 'Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei, em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos'." (Senador Severo Gomes)

CONCLUSÃO DA COMISSÃO DE 1989

O Relatório Final dessa Comissão Mista foi de autoria do Deputado Federal Luiz Salomão, que ressaltou a possibilidade de reduzir o montante da dívida externa, deduzindo-se do principal consignado pelos bancos que emprestaram a juros flutuantes o excedente em relação as taxas praticadas quando da contratação desses empréstimos. Em simulações do Banco Central, essa diferença foi estimada em 34 a 62 bilhões de dólares.

Também considerou indispensável a retomada das investigações e dos processos judiciais tendentes a recuperar as perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos, a responsabilizar penalmente os inflatores, bem como repatriar as divisas evadidas clandestinamente.

Nas palavras do próprio deputado: **"Manobras impediram que o relatório fosse votado**

na Comissão Mista ... Sem o apoio da maioria da Comissão, o parecer foi levado a exame do Plenário do Congresso ... os partidos majoritários na Câmara e no Senado optaram pela omissão."

ACORDO BOM PARA BANQUEIROS E RENTISTAS

Esses e outros questionamentos foram ignorados nas negociações posteriores de nossa dívida externa, que culminaram na concretização de um grande acordo, no ano de 1994, quando se trocou a dívida antiga, formalizada em contratos, por bônus (títulos públicos), processo que recebeu o nome de "securitização". Na prática, houve efetivo aumento dos pagamentos, além da pulverização dos credores, agravamento da nossa vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional e exacerbão do processo de dependência.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
(VALORES EM BILHÕES DE DÓLARES)

ANO	DÍVIDA EXTERNA TOTAL	PAGAMENTOS EFETUADOS	
		Juros	Amortizações
1981	73,96	9,16	6,24
1982	85,30	11,35	6,95
1983	93,56	9,55	6,86
1984	102,04	10,20	6,47
1985	105,17	9,66	8,49
1986	111,20	9,33	11,55
1987	121,19	8,79	13,82
1988	113,5	19,83	17,09
1989	115,5	19,63	14,55
1990	123,4	49,75	8,83
1991	123,91	8,62	7,83
1992	135,95	7,25	8,57
1993	145,73	8,28	9,98
1994	148,29	6,34	50,41
1995	159,26	8,16	11,02
1996	179,94	9,84	14,27
1997	199,99	10,39	28,70
1998	241,64	11,95	33,59
1999	241,47	15,24	49,12
2000	236,16	13,97	31,69

FONTE: Boletins do Banco Central e Revista Conjuntura Econômica

DÉCADA DE 90

O endividamento externo na década de 90 tem características peculiares e resulta da adoção pelo governo, de medidas, que provocaram incontrolável e acelerado crescimento do endividamento interno.

É preciso ressaltar ainda que não é apenas o valor da dívida externa que influencia no grau de vulnerabilidade do País. Há que ser levado

em consideração o conjunto de compromissos para com o exterior, denominado **Passivo Externo Líquido**, que atingiu a cifra de **360 bilhões de dólares em dezembro de 2000**. A dimensão do passivo externo influencia no cálculo do risco atribuído ao país e, consequentemente, provoca elevação nas taxas de juros, agravando ainda mais o quadro de vulnerabilidade externa.

(Ver Quadro na página 14)

Quanto mais se paga, mais se deve!

O montante dos juros e amortizações pagos durante as duas últimas décadas, totaliza **542,83 bilhões de dólares**. Mesmo assim, a dívida externa mais que triplicou no mesmo período, saltando de 73,96 em 1981 para 236,16 bilhões de dólares no ano 2000. Isso demonstra a falácia da política econômica que tanto tem sacrificado a sociedade, privilegiando o pagamento da dívida.

DÍVIDA INTERNA

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA (em títulos públicos)			
ANO	Valor (bilhões de reais)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
1994	59,4		
1995	84,6	42%	42%
1996	117,8	39%	98%
1997	225,7	92%	280%
1998	343,8	52%	479%
1999	464,7	35%	682%
2000	555,9	20%	836%
Até nov/2001	675,0	21%	1.036%

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central

Esse aumento absurdo da dívida interna decorreu das medidas implementadas pelo governo brasileiro, buscando a "estabilização" da moeda, que lhe rendeu enormes frutos políticos, mas está custando muito caro à nação.

As principais medidas foram:

1- Elevação substancial das taxas de juros internas, aumentando a diferença entre as praticadas dentro e fora do Brasil, com o objetivo de atrair capital estrangeiro especulativo, base de sustentação do Plano Real. Essa medida nos tornou extremamente vulneráveis, provocando:
a) crescimento exponencial da dívida pública

(veja quadro acima).

b) redução da confiança internacional, pois, quanto maiores as taxas de juros praticadas, menor a possibilidade de o País conseguir sustentar essa ciranda ao longo do tempo.

Essa política ainda estimulou grandes empresas nacionais e instituições financeiras, principalmente até 1999, a se endividarem em dólares, provocando o crescimento ainda maior da dívida externa privada, e da dívida interna pública, uma vez que, para obter os recursos e efetuar troca de moeda estrangeira por nacional, o Banco Central tem de emitir títulos da dívida interna;

2- Abertura indiscriminada dos portos aos produtos estrangeiros, mediante redução de tarifas alfandegárias que protegiam a indústria nacional.

3- Manutenção do câmbio artificialmente valorizado por muito tempo, o que provocou incontáveis prejuízos ao País, na medida em que desestimulou as exportações - fonte saudável de se obter recursos no exterior - e incentivou indevidamente as importações. Com o dólar "barato", os produtos importados chegavam aqui a preços bem atraentes, forçando baixa de preço dos produtos nacionais e inviabilizando diversas indústrias, principalmente as menores.

4- Redução do papel do Estado na economia, através da implementação de um dos mais agressivos e acelerados processos de privatização do mundo, entregando, a preços irrisórios, o patrimônio de setores estratégicos. Muitas empresas foram vendidas a estrangeiros, que passaram a adquirir parcela considerável de seus insumos no exterior, bem como remeter lucros para seus países, aumentando nossa necessidade de divisas (moeda estrangeira). Ressalte-se ainda que várias vendas de empresas estatais foram viabilizadas com financiamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

5- Produção de superávits primários, através do aumento da carga tributária de forma perversa, aumentando os tributos indiretos que oneram até a cesta básica, mas de forma não transparente à população e do corte de gastos públicos, a fim de garantir o pagamento dos juros da dívida.

Além dessas medidas, outros fatos influ-

enciaram no crescimento da dívida interna, tais como:

A) saneamento das empresas públicas

- medida que visou tornar as empresas públicas mais enxutas, lucrativas e atraentes, fazendo com que o processo de privatização fosse tão rápido;

B) assunção de dívidas dos Estados e Municípios, com grande transferência de recursos para o setor financeiro, uma vez que houve resgate de títulos podres, negociados com enorme deságio no mercado, pelo valor integral de face; e

C) programas de socorro aos bancos

privados (PROER I) e, mais recentemente, aos bancos públicos (PROER II).

A DÍVIDA AFETA DIRETAMENTE A VIDA DO CIDADÃO

O endividamento brasileiro alcança patamares altíssimos e cresce em ritmo acelerado.

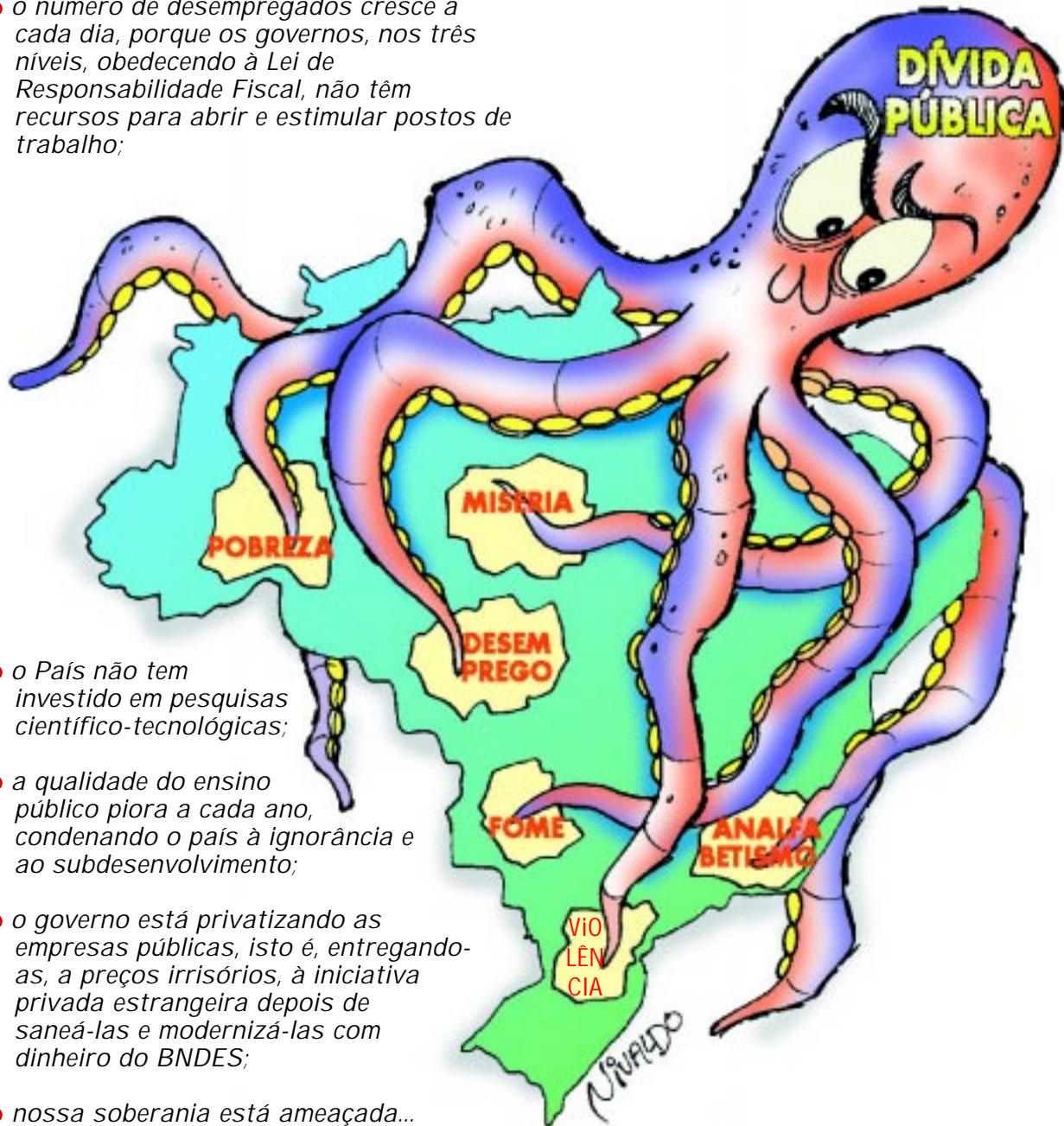
Essa situação afeta a vida de todo cidadão brasileiro, na medida em que o comprometimento dos orçamentos públicos com a dívida ameaça perigosamente o atendimento às necessidades básicas da sociedade.

É por causa da dívida que:

- os serviços públicos de saúde, educação, segurança e outros estão sendo desmontados a cada dia;
- os aposentados e os servidores públicos estão tendo suas pensões e vencimentos arrochados;
- os investimentos públicos estão suspensos;



- o número de desempregados cresce a cada dia, porque os governos, nos três níveis, obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal, não têm recursos para abrir e estimular postos de trabalho;



- o País não tem investido em pesquisas científico-tecnológicas;
- a qualidade do ensino público piora a cada ano, condenando o país à ignorância e ao subdesenvolvimento;
- o governo está privatizando as empresas públicas, isto é, entregando-as, a preços irrisórios, à iniciativa privada estrangeira depois de saneá-las e modernizá-las com dinheiro do BNDES;
- nossa soberania está ameaçada...

OPÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO

A opção do governo brasileiro de se submeter às imposições do FMI, seguindo à risca o receituário recessivo que determina enxugamento dos gastos públicos, abertura comercial, privatizações e elevação das taxas de juros, tem agravado a situação do País e coloca em risco a nossa soberania.

Cabe ressaltar aqui a grande contradição a que assistimos hoje, diante da crise econômica mundial.

- A grande potência mundial - Estados Unidos - acompanhada pelos países mais desenvolvidos, Inglaterra e França por exemplo, tem procurado seguir uma política econômica considerada SAUDÁVEL, adotando medidas que visam o fortalecimento de sua economia.
- Por outro lado, a política econômica praticada pelo governo brasileiro, principalmente por imposição do FMI, cujo maior sócio e mandante são os Estados Unidos, segue na contramão. Vejamos o paralelo na página seguinte:

Medidas adotadas pelo governo brasileiro

- 1. Aumento das taxas de juros** - No início do ano, a taxa básica de juros brasileira era de 16,5%. De junho até novembro de 2001 alcança **19%**, uma das maiores do Planeta!
- 2. Enxugamento dos investimentos e gastos públicos**, para cumprir as metas de superávit fiscal impostas pelo FMI e garantir o pagamento dos juros da dívida pública;
- 3. Aumento da carga tributária**, que já alcança o absurdo patamar de 34% do PIB, desacelerando ainda mais a economia;
- 4. Abertura indiscriminada e unilateral dos portos**, fazendo crescer as importações, acirrando-se a competição dos importados com os produtos nacionais, com o objetivo de baixar os preços e reduzir a inflação. Essa medida rendeu polpudos frutos políticos ao governo atual, mas arrebentou inúmeras indústrias nacionais e provocou enorme desemprego no País, além de influenciar negativamente em nosso Balanço de Pagamentos.

se beneficiou nos sete anos de governo FHC. Os bancos aumentam com facilidade o preço dos serviços prestados, o que explica as altíssimas margens de lucro.

"Quem aplicou R\$100 na poupança em agosto de 94, tem hoje, R\$324".
Quem pediu emprestado a mesma quantia, deve R\$160 mil.

(Revista " Isto É" - nº1675)

DÁ PARA ENTENDER ?

A política econômica adotada pelo atual governo tem sido boa para quem?...

"O setor financeiro foi o que mais

chegou especial"

(Revista " Isto É" - nº1675)

(Revista " Isto É" - nº1675)



5 - Dependência

O processo de endividamento tem sido uma forma de manter os países subdesenvolvidos eternamente dependentes, reféns do capital especulativo.

O ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas – proposto e articulado pelos Estados Unidos, é o coroamento final dos mandamentos do “Consenso de Washington” e constitui enorme ameaça aos países endividados, pois, caso implementado, vai piorar ainda mais a situação de dependência e agravará os problemas sociais.

Exemplo vivo e recente dos danos que esse processo pode causar é a Argentina. **O governo da Argentina seguiu à risca os mandamentos do “Consenso de Washington”:** privatizou tudo, liberou as importações de forma indiscriminada e se entregou ao capital externo, atrelando o valor do peso argentino ao dólar americano e desorganizando por completo sua economia. O resultado foi desastroso: explosão da dívida pública, comprometimento do futuro do país e extrema dependência.



“O ALCA é o tiro final que está sendo preparado para eliminar a soberania brasileira”.

(Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães)

A situação atual da Argentina está sendo considerada como uma catástrofe: a economia está em flagrante queda livre; a política vive crise sem precedentes e desemprego recorde. Juntamente com o alastramento da pobreza e da miséria aumentam o clima de desespero da população, provocando degradação e revolta social.

Enfrentando simultaneamente queda na arrecadação tributária e aumento dos compromissos com o endividamento, em função do elevadíssimo risco atribuído ao país, o governo argentino tem sido obrigado a enxugar todos

os gastos públicos, promovendo, inclusive, redução dos salários dos servidores públicos e dos proventos dos aposentados.

Diante da situação desesperadora em que se encontra a Argentina, o primeiro a lhe virar as costas foi o próprio FMI, que nega novos empréstimos.

“É improvável que os Estados Unidos apóiem o pedido da Argentina de nova ajuda ao FMI”

Paul O’Neil, Secretário de Tesouro dos Estados Unidos (Folha de SP, 01/11/2001)

Depreende-se que o país caiu no engodo da abertura comercial, privatização e dolarização, obedecendo passo a passo às definições de Washington. Quando tudo deu errado, os mandantes deram-lhe as costas...

No Brasil, para honrar compromissos com o pagamento de juros, importações e remessa de lucros e dividendos ao exterior, a dependência de capital externo tem crescido a cada ano. Por isso, o governo brasileiro teve que recorrer novamente ao FMI, submetendo-se às suas exigências...

A dependência econômica gera dependência política, na medida em que os credores e os organismos financeiros internacionais nos impõem metas a serem cumpridas, engessando os governos e direcionando as decisões políticas.

A enorme dependência de capital externo nos torna altamente vulneráveis, ou seja, qualquer mudança no cenário econômico internacional se reflete em nossa economia e nos afeta diretamente. Essa fragilidade se torna muito perigosa no momento atual, quando os principais países do mundo enfrentam crises em suas economias e, para complicar ainda mais, os Estados Unidos trava guerra contra o terrorismo, e ataca o Afeganistão, criando situação de grande incerteza.

Diante desse quadro, os fluxos de investimentos para países que lutam para crescer, como o Brasil, se reduzem drasticamente. Se nossos compromissos já foram assumidos, e os recursos externos não vêm, como os honraremos?

Os investidores sabem de nossas dificuldades e, por isso, atribuem altas taxas de risco ao Brasil, fazendo os juros crescerem, onerando ainda mais as nossas obrigações. Parece que estamos encurralados.

6 - Qual é a saída

Em primeiro lugar, é preciso abrir essa "caixa preta da dívida" e tomar conhecimento da verdade..

As perguntas que todo cidadão brasileiro deve fazer, diante do quadro atual, são:

- Como e por que chegamos a este ponto?
- De onde veio toda essa dívida pública?
- Quem contraiu tantos empréstimos?
- Onde foram aplicados os recursos?
- O que o povo lucrou com esse endividamento?

Para responder claramente a essas questões e a tantas outras, propomos a realização de uma Auditoria Cidadã da Dívida, que revelará toda a verdade sobre o processo de endividamento e as possibilidades de redução do montante das dívidas interna e externa.

No Brasil, o momento é mais que apropriado para essa Auditoria, pois o próprio Banco Central anunciou, em setembro de 2001, um **"erro" de 32,7 bilhões de dólares** no montante de nossa dívida externa. Os diretores do Banco Central declararam que parte da diferença era decorrente da utilização de novo critério para a classificação de empréstimos, e a outra parte se referia a dívidas já pagas e não captadas pelos sistemas do órgão. Há tantas dúvidas sobre esse procedimento que ele mereceu requerimento de informações - SF RQS nº 628/2001, de 25.10.2001 - do Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao Ministro da Fazenda.

Acreditamos que a Auditoria da Dívida será um importante passo na busca de nossa verdadeira independência e no resgate de nossa soberania, seriamente comprometida em função do processo de endividamento a que as elites políticas nacionais e internacionais nos submeteram.



7 - Por que defendemos a Auditoria da Dívida



A auditoria cidadã da dívida pretende dessecar todos os fatos já relatados e esclarecer a verdadeira natureza da dívida. Apenas para citar alguns questionamentos:

- 1) Os números do endividamento são uma caixa preta: quanto, efetivamente, tomamos emprestado? qual a destinação dos recursos? quanto já pagamos? por que temos taxas de juros tão altas?
- 2) Quais foram os negociadores da dívida nos últimos 30 anos e quem assinou os diversos contratos e acordos?
- 3) A que se destinaram os novos empréstimos nos últimos 7 anos?
- 4) É possível verificar a existência efetiva do ingresso dos recursos?
- 5) A dívida é um mecanismo de promoção do desenvolvimento nacional, possibilitando recursos para investimentos essenciais, ou é mecanismo de transferência dos escassos recursos dos países mais pobres

para a elite endinheirada dos países mais ricos?

- 6) Quanto efetivamente está entrando e saindo do país como capital especulativo camuflado sob o nome de "investimento direto"?
- 7) Quem são os detentores dos títulos da dívida pública brasileira e, portanto, os beneficiários dos juros mais altos do planeta?
- 8) Qual a porcentagem da nossa produção que é destinada ao pagamento de juros?
- 9) Em que montante o País vem sendo onerado, ao longo dos anos, com elevadas "taxas de risco" estipuladas unilateralmente pelos credores ? Se o "risco" não se efetivou, entendemos que estas parcelas deveriam ser consideradas como pagamento antecipado do principal. Na verdade, estas elevadas taxas de risco sempre fizeram parte de uma estratégia de espoliação!
- 10) Por que foram eliminados os mecanismos de controle institucional dos capitais especulativos, especialmente a partir de 1991?
- 11) A razão para a grande crise que estamos enfrentando realmente decorre de fatores externos (agora se diz que a culpa é da crise Argentina; antes foram Rússia, México, Coréia etc), ou se trata de total falta de controle sobre o crescimento das nossas dívidas e do nosso passivo externo?
- 12) Quanto da dívida externa brasileira resultou de estatização de dívida privada de empresas e bancos?
- 13) Quanto da dívida brasileira resulta da simples capitalização dos elevados juros?

- 14) Quais foram os "esqueletos" (dívidas antigas) incorporados à dívida pública? A que se referem? Quais os montantes?
- 15) A que níveis de endividamento foram levadas as grandes empresas estatais (Eletrobrás, Petrobrás, Nuclebrás, Vale do Rio Doce e outras) para fins estritamente financeiros, não ligados a investimentos e desenvolvimento das próprias empresas tomadoras?
- 16) Qual é a parcela do endividamento brasileiro vinculada a projetos fracassados total ou parcialmente - Transamazônica, Usinas Nucleares e tantas obras inacabadas?
- 17) Quais são os impactos, na vulnerabilidade externa do Brasil, da política de endividamento interno em títulos cambiais?
- 18) Quais foram as consequências da "securitização" da dívida?



É preciso dar transparência a essas questões e tantas outras.

Mas de cabeça erguida! De joelhos, não!

Nós, cidadãos deste País, que pagamos impostos e cumprimos nossas obrigações para com o Estado, temos o direito de saber toda a verdade sobre nosso endividamento. Afinal, somos nós que efetivamente pagamos a conta... Queremos discuti-la de forma consciente, de cabeça erguida!

8 - Glossário

AUDITORIA – Instrumento de investigação que visa examinar documentos, informações, dados históricos, financeiros ou contábeis.

BALANÇO DE PAGAMENTOS - Contabiliza todos os dólares que entram e saem do país.

Banco Mundial ou Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – É uma das organizações nascidas do Acordo de Bretton Woods (USA – 1944). Foi criado inicialmente para financiar a reconstrução dos países atingidos pela guerra. Seu objetivo declarado ao longo das décadas seguintes foi promover o desenvolvimento econômico e social dos países do Terceiro Mundo. A partir da década de 80, ele e o FMI passaram a influir nas políticas macroeconómicas e na própria definição do desenvolvimento dos países devedores, ao promover "Programas de Ajuste Estrutural", concedendo empréstimos em troca do compromisso dos governos endividados de colocar em prática políticas de ajuste, marcadamente neoliberais.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Instituição criada em 1959 para acelerar o desenvolvimento econômico e social de seus estados-membros da América Latina e Caribe. Está integrado por 46 nações, entre as quais 29 países da região e 18 da Europa, Ásia e Oriente Médio. A sede do banco está em Washington. Sua política é semelhante à do Banco Mundial.

"CONSENSO DE WASHINGTON" – é o nome atribuído às conclusões da reunião ocorrida em novembro de 1989, na capital norte-americana, da qual participaram funcionários do governo dos Estados Unidos e dos organismos financeiros internacionais, com o objetivo de proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países latino-americanos. Serviu para ratificar as propostas de implementação do ideário neoliberal na região, recomendadas pelos Estados Unidos.

DÍVIDA PÚBLICA - é a dívida do Poder Público (federal, estaduais e municipais) e das empresas estatais. Ela pode ser interna ou externa.

DÍVIDA INTERNA - É contraída no País e portanto, paga em moeda nacional. Corresponde aos

débitos assumidos pelo governo brasileiro junto a instituições financeiras, empresas e pessoas residentes no país e decorre, em sua quase totalidade, da emissão de títulos públicos, vendidos no mercado financeiro. A fim de atrair o volume de capital necessário à rolagem (refinanciamento) da própria dívida, o governo brasileiro tem oferecido atraentes taxas de juros.

DÍVIDA EXTERNA - É contraída no exterior e tem que ser paga em moeda estrangeira. É composta de duas parcelas: Pública e Privada:

- **Pública** - Parcela da dívida externa que tem origem no próprio governo e nas empresas estatais
- **Privada** - Dívida contraída pelas empresas privadas, mas que, em quase 100% dos casos, conta com o aval do governo federal, que se dá através do registro da dívida junto ao Banco Central. Portanto, embora de responsabilidade do setor privado, em diversas situações, a dívida privada registrada acaba sendo assumida pelo governo.

FMI – (Fundo Monetário Internacional): Fundo instituído em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para o qual várias nações contribuem com uma parcela, podendo fazer empréstimos proporcionais à sua cota. Foi criado para zelar pela moeda e a "saúde" econômica de seus países membros. Na verdade, onde chega com seus empréstimos e programas de ajuste estrutural cria um caos econômico, pois são condicionados ao cumprimento de metas, com os objetivos básicos de adaptar o país a uma maior mobilidade do capital internacional e realizar cortes profundos em áreas estratégicas para seu desenvolvimento.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - é o índice calculado pela ONU, que reflete a situação de desenvolvimento de cada país, baseando-se em dados sobre as condições de vida da população, como expectativa de vida, nível educacional e renda per capita.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei que estabelece normas de finanças públicas limitando os gastos públicos e obrigando o administrador a cumprir um ajuste fiscal, com a finalidade de garantir prioritariamente o pagamento dos juros e encargos da dívida pública.

ORÇAMENTO DA UNIÃO : É a Lei Federal que estipula as receitas e as despesas da União em um determinado ano (exercício financeiro). As receitas são estimadas de acordo com a previsão de arrecadação tributária, levantamento das demais fontes de recursos públicos e com as despesas, isto é, como serão gastos esses recursos . São a própria manifestação da vontade ou decisão política do governo.

PASSIVO EXTERNO LÍQUIDO : É o conjunto de compromissos que o País tem para com o exterior, compreendendo a Dívida Externa e as demais obrigações decorrentes dos investimentos estrangeiros realizados no País, tais como remessas de lucros e dividendos.

RECURSOS PÚBLICOS – Representam todos os recursos que o Estado dispõe para administrar, oriundos da arrecadação de tributos, obtenção de empréstimos e financiamentos, emissão de moeda, emissão de títulos públicos, venda de patrimônio, rendimentos obtidos pelo patrimônio estatal e outros.

RISCO-PAÍS - É uma taxa calculada por agências especializadas, todas estrangeiras (Moody's, Standard & Poors, SR Rating, Fitch), que reflete, na visão dos investidores, qual é a possibilidade de o país pagar ou não suas dívidas - interna e principalmente externa. A base é o título do Tesouro dos Estados Unidos, considerado risco zero. Quanto maior for a taxa de risco de um país, mais altos serão os juros que o governo terá de pagar para renovar seus empréstimos ou obter novos recursos.

SECURITIZAÇÃO – É a operação, acordada entre credor e devedor, que transforma uma dívida regulada em contrato em dívida em títulos que podem ser negociados ao portador no mercado.

SOBERANIA – Propriedade ou qualidade que caracteriza o poder político supremo de Estado como afirmação de sua personalidade independente, de sua autonomia plena e governo próprio, dentro do território nacional e em suas relações com outros Estados.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO – É a diferença positiva entre as Receitas e as Despesas Orçamentárias, sem comutar juros e correção monetária da Dívida.

TÍTULOS PÚBLICOS - São papéis emitidos pelo poder público, com o objetivo de captar recursos junto à sociedade. Esses títulos são negociados no mercado financeiro do país ou no exterior. Garantem, ao portador, o pagamento de determinado rendimento em uma data futura, correspondente às taxas de juros.

TRANSAÇÕES CORRENTES - Parte do balanço de pagamentos, composta por:

- Balança comercial - Registra as exportações e as importações
- Balança de serviços - Registra receitas e despesas de serviços, tais como viagens internacionais, transportes, seguros e rendas de capitais, tais como lucros, dividendos e juros
- Transferências Unilaterais – Doações e outras transferências sem contrapartida.

Entidades apoiadoras:

CAMPANHA JUBILEU SUL

(CNBB/Pastorais Sociais, Cáritas Brasileira, MST, CUT, UNE, CMP, CONIC, CESE, IAB, CONTAG, Fisenge, Rede Brasil, Sindecon/RJ, Corecon/RJ),

FISCO FÓRUM MG

(Unafisco Sindical, Unafisco-MG, Sindifisco, Sinfisco, Sindifisp, Anfip/MG, AAIT, Affemg),

FÓRUM FISCO RJ

UNAFISCO SINDICAL

Diretoria Nacional e Delegacias Sindicais Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Paulo e Vitória.

PACS

COFECON

SINAL/MG

SINDECON-MG,

CREDIFISCO-MG,

APUBH

Núcleo ATTAC e Consulta Popular MG

Instituto Marista de Solidariedade

Agostinianos

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2002
Porto Alegre - BRASIL